

# DESAFIOS DA REGIONALIZAÇÃO, E O PRINCÍPIO DA EQUIDADE: O SUS SEM FRONTEIRAS, SEM DIVISAS E SEM FRONTEIRAS

Tabatinga/AM, 05 de dezembro de 2025

**Alvimar Botega**

Analista Técnico de Políticas Sociais

Coordenação-Geral de Articulação Interfederativa



E-mail: [dgip@saude.gov.br](mailto:dgip@saude.gov.br)





# Diversidades regionais – Região Norte





# A regionalização da saúde é uma diretriz organizativa do SUS, mas complexa na sua implementação

As dimensões continentais

O número de usuários potenciais ( 200 milhões)

As desigualdades e diversidades regionais subjacentes.

A multiplicidade dos agentes envolvidos na condução e prestação da atenção a saúde

A abrangência das atribuições do Estado na saúde.

(Dourado e Elias, 2011)

# ***Diretrizes do SUS – CF 88***

**Descentralização** com  
direção única em cada  
esfera de governo



**Interdependência** dos  
entes da Federação em  
assegurar a Saúde como  
direito social



Necessidade de  
mecanismos e instrumentos  
de **coordenação e  
cooperação interfederativa**

**Regionalização** – estratégia para  
fortalecer as relações  
intergovernamentais, e promover a  
implementação e integração das  
políticas públicas e garantia dos direitos  
sociais.

# REGIONALIZAÇÃO

01

Princípio organizativo do SUS que visa uma oferta de recursos e serviços de saúde mais equitativa e eficiente



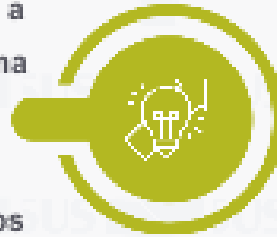
04

Exige um planejamento integrado, considerando as necessidades de cada região e a participação dos diversos atores envolvidos.



02

Passo fundamental para a construção de um sistema de saúde mais justo e eficaz, que atenda às necessidades de todos os cidadãos.



05

Desafio que exige a superação de barreiras e a busca por soluções inovadoras para a melhoria da saúde da população.



03

Fortalece a descentralização, promovendo a cooperação entre os gestores do SUS e a participação social.



06

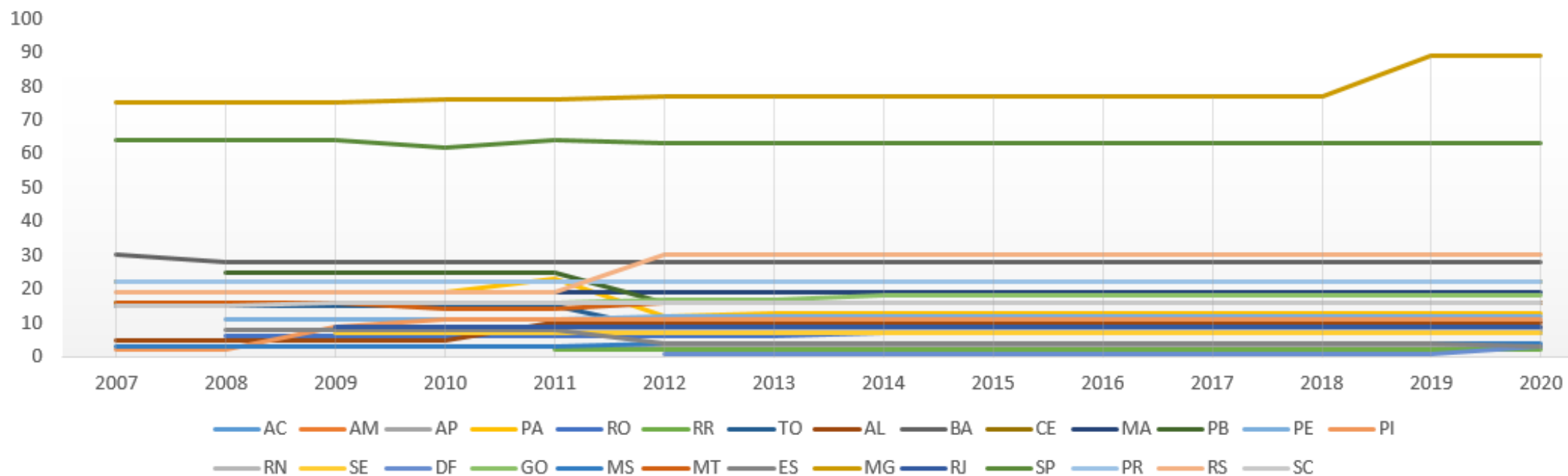
Estratégia para corrigir desigualdades de acesso e fragmentação dos serviços de saúde, garantindo a integralidade do cuidado.



## Regionalização no SUS – base normativa

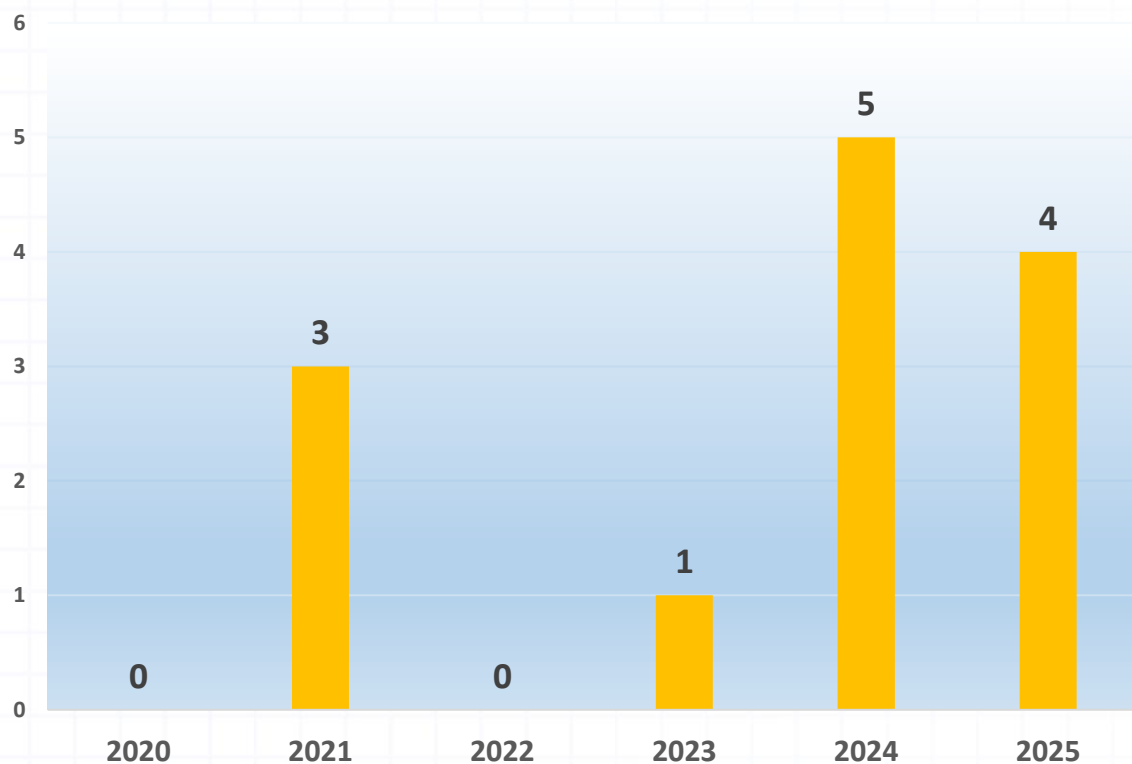
8ª Conferência Nacional de Saúde	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	Lei 8.080 Lei 8.142						DECRETO 7.508 Lei 12.466 (Comissões intergestores)	LC 141	Lei 12.871 PMM					Lei 15.233 – PATE
1986	1988	1990	1991	1993	1996	2001	2006	2011	2012	2013	2017	2018	2019	...	2025
			NOB	NOB	NOB	NOAS	PACTO PELA SAÚDE	RESOLUÇÕES TRIPARTITE			Res CIT 23	Res CIT 37	Res CIT 44		

## Série temporal - regiões de saúde em números - 2007 a 2020

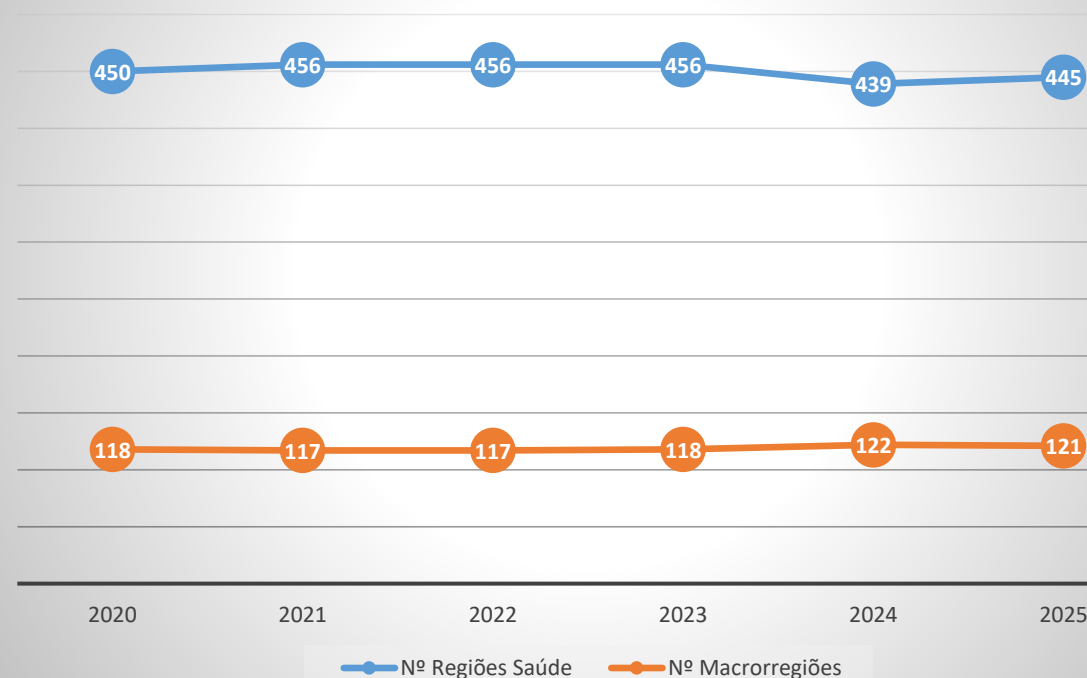


Fonte: COAREG/CGPS/DGIP/SE/MS

Nº Alterações de Regionais no BRASIL (2020 a set/2025)



Nº Regiões e Macrorregiões de Saúde no Brasil  
(2020 a set/2025)

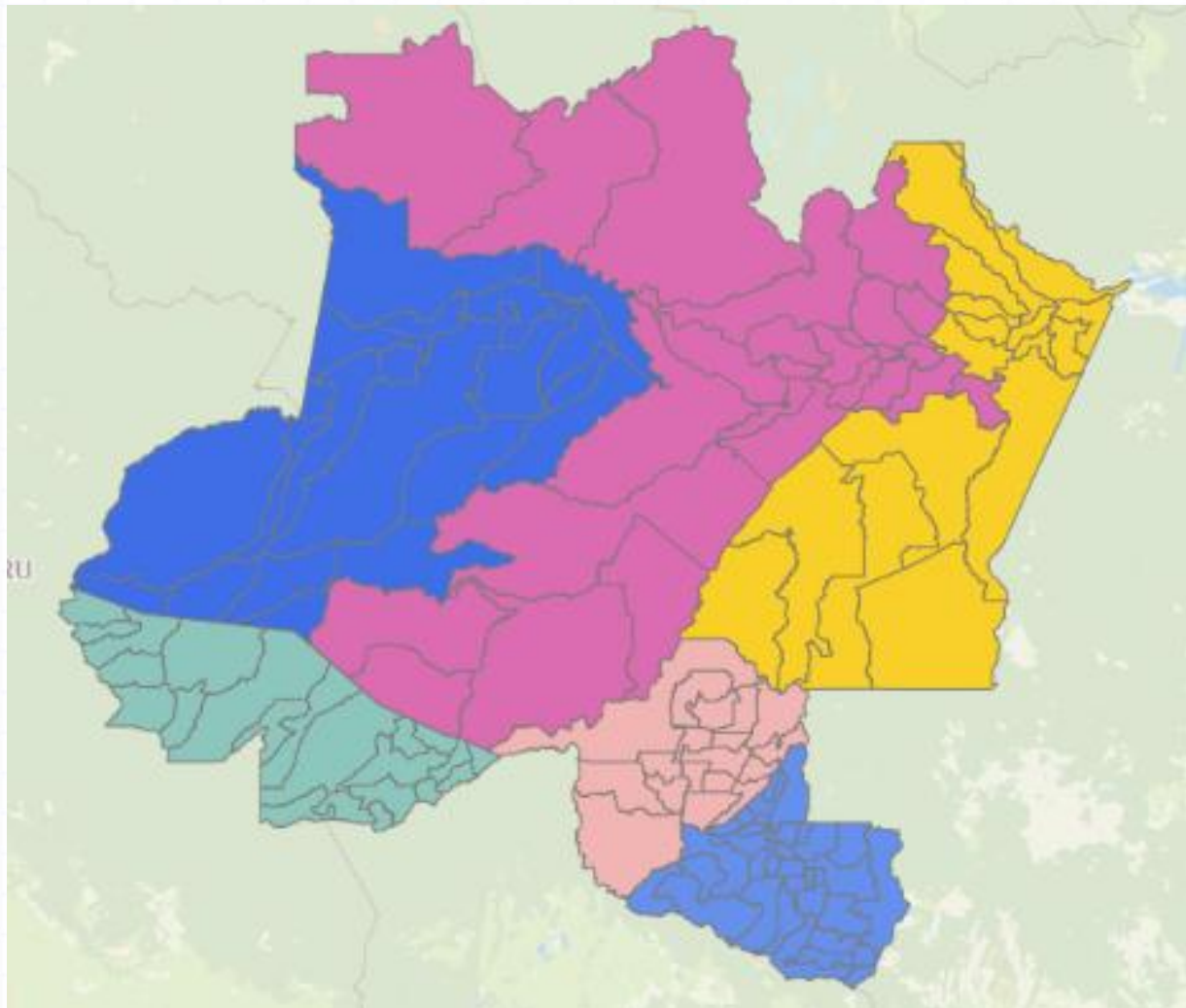


Fonte: COAREG/CGPS/DGIP/SE/MS

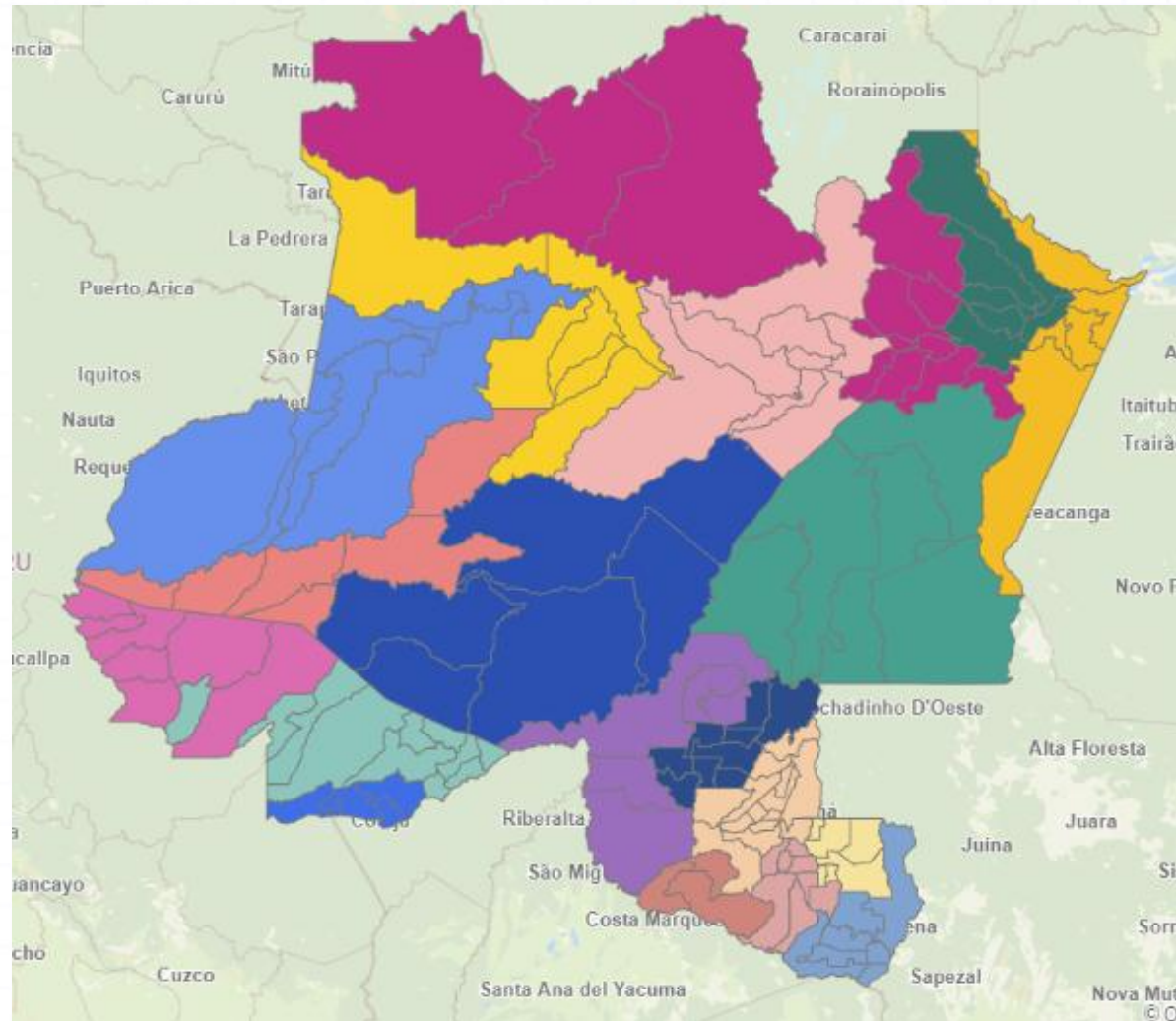


# Organização Regional – AC, AM, RO

## Macrorregiões de Saúde



## Regiões de Saúde

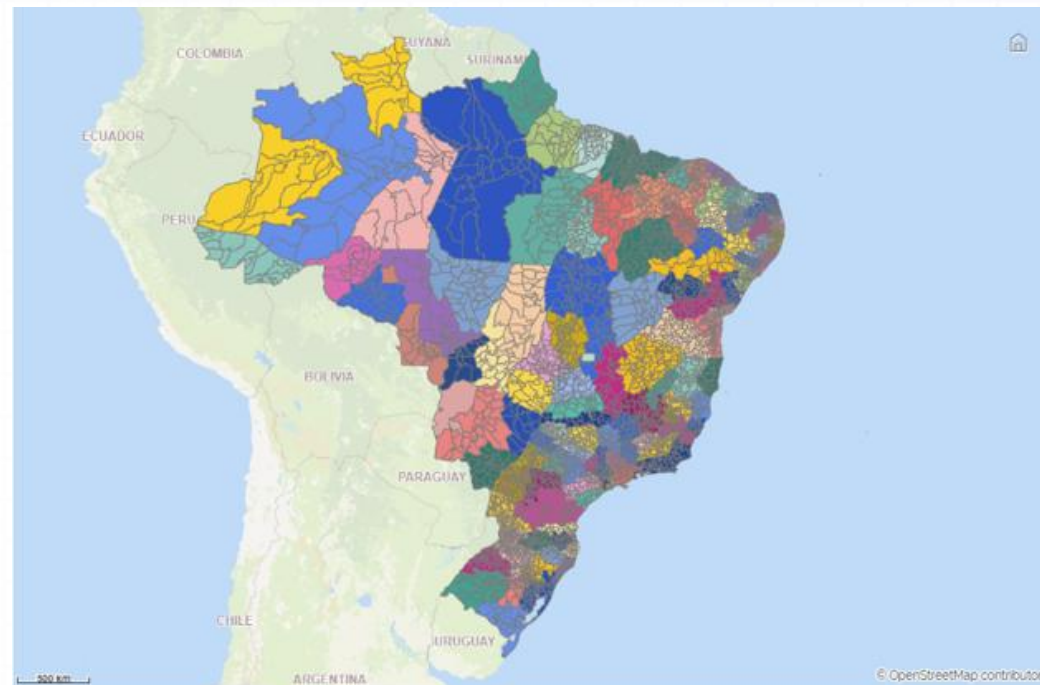


## Ações em andamento no DGIP/SE/MS:

### ➤ No âmbito do Planejamento e da Regionalização no SUS:

- Em curso, **um movimento ascendente e participativo** para a construção e pactuação da **Política Nacional de Regionalização no SUS (PNAR)**:
  - Revisão normativa sobre Planejamento no SUS, incluindo a Regionalização;
  - Questionário via Forms, sobre Regionalização (mais de 1700 respostas);
  - Oficinas de Regionalização nos Congressos dos COSEMS (RS, BA, TO, N-NE, ES, PR, ABRASCÃO/2025, entre outros);
  - Seminários/oficinas com pesquisadores/sanitaristas;
  - Reuniões/alinhamento com as Secretarias finalísticas do MS e SEINP/SEMS
  - Reuniões para discussão e alinhamento com Conass e Conasems;
  - Estimativa de pactuação na CIT no 1º sem/2026.

➤ **Porquê a necessidade de  
uma Política Nacional de  
Regionalização no SUS?**





## Lacunas e Desafios para uma Regionalização efetiva

### ❑ Contexto Normativo Atual: principais lacunas identificadas:

- ✓ A regionalização aparece dispersa em leis, decretos, pactos e resoluções CIT (1988–2024);
- ✓ Há avanços normativos importantes, mas também fragmentação e sobreposição de instrumentos;
- ✓ A ausência de uma política unificada dificulta a implementação de modelos regionais coerentes e sustentáveis;
- ✓ Apesar do vasto arcabouço legal, não existe uma política nacional articulada, que defina diretrizes, instrumentos e responsabilidades de forma integrada.



## Lacunas e Desafios para uma Regionalização efetiva

### ❑ **Desafios para a Regionalização:**

- ✓ Necessidade de diretrizes nacionais consistentes para integração regional;
- ✓ Heterogeneidade entre estados e regiões quanto à estrutura das RAS;
- ✓ Governança interfederativa fragilizada e desarticulação entre CIB e CIR;
- ✓ Planejamento regional mais formal que operativo;
- ✓ Financiamento não estruturado regionalmente — concentração de recursos em bases municipais.

### ❑ Diagnóstico/desafios do Planejamento regional:

- ✓ PRI concluído em poucos estados, e sem programação financeira definida;
- ✓ Ausência de Planos Regionais com planos de investimento associados;
- ✓ Fragilidade na integração entre planos estaduais, regionais e municipais de saúde;
- ✓ **Baixa articulação** entre políticas nacionais no território regional (PNAB, PNAE, PNHOSP – hospitais de referência);
- ✓ Ausência de mecanismos robustos de cooperação federativa entre estados e municípios;
- ✓ Falta de modelos de gestão compartilhada para as Redes de Atenção à Saúde (RAS);
- ✓ Governança regional fragmentada e instável.

## Políticas de Saúde e Regionalização do SUS são inseparáveis

### Políticas de Saúde e Regionalização do SUS são inseparáveis:

**Então o desafio é implementar uma Regionalização como sustentação para uma política de cuidados que:**

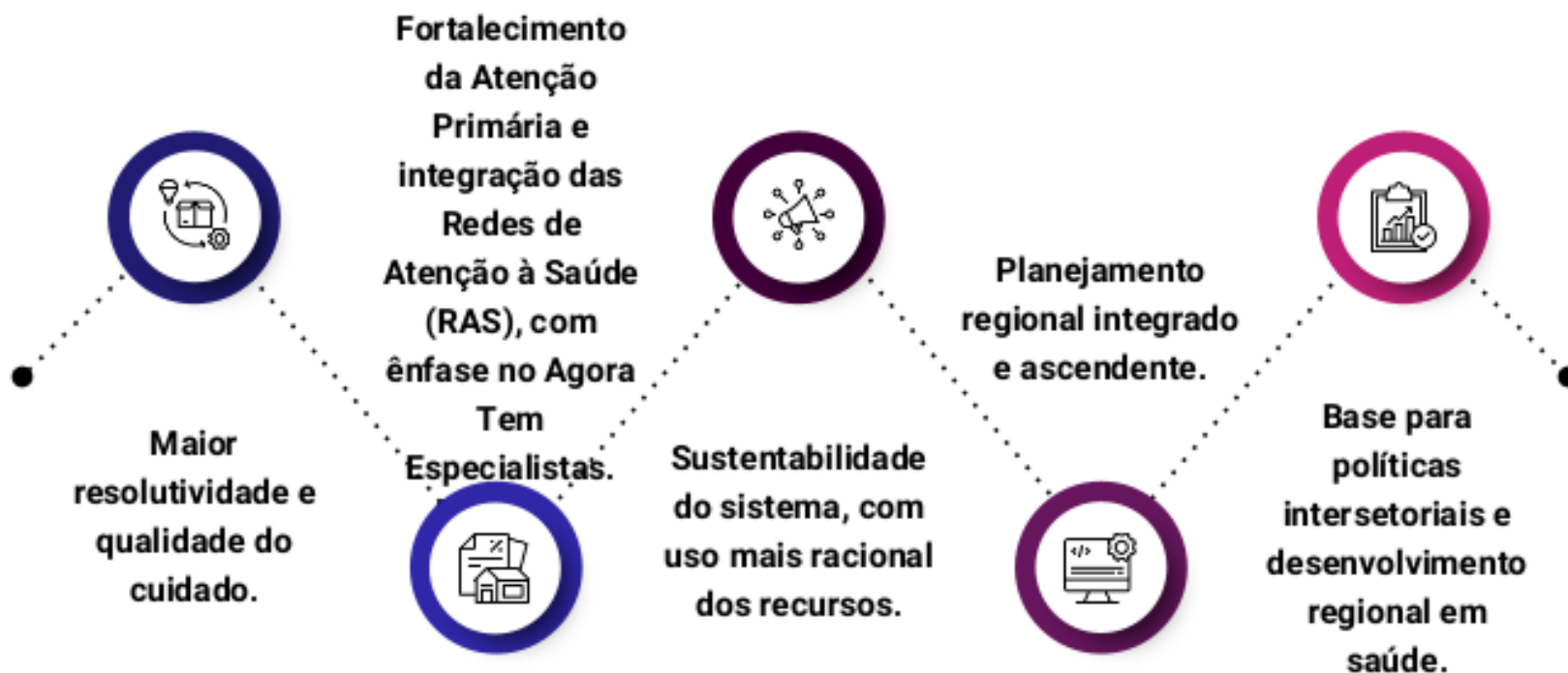
- ✓ **Orienta as Políticas e Programas de Saúde no território, e promova sua integração;**
  - ✓ Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Atenção Especializada; Política Nacional de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Assistência Farmacêutica (outras Políticas...)
- ✓ **Orienta a organização e integração das Redes de Atenção à Saúde no território.**
- ✓ **Que tenha mecanismos de:**
  - ✓ Planejamento estratégico e tático-operacional, com definição de prioridades, estabelecimento de metas e prospecção de investimentos;
  - ✓ Programação assistencial dos serviços referenciados;
  - ✓ Regulação do acesso aos serviços referenciados;
  - ✓ Pactuação interfederativa;
  - ✓ Monitoramento e avaliação.

# Objetivos da Política Nacional





# O que se espera com uma Política Nacional de Regionalização?



# OBRIGADO!

**Alvimar Botega**

Coordenação-Geral de Articulação Interfederativa

CGAI/DGIP/SE/MS

E-mail: [dgip@saude.gov.br](mailto:dgip@saude.gov.br)